



# Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 207 • Quarta-feira, 6 de Setembro de 2017 • [www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz) • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



**53<sup>a</sup>**. edição da **FACIM**

**ACORDOS DE NEGÓCIOS FIRMADOS**

Págs. 3 a 6

ESTA EDIÇÃO CONTÉM SUPLEMENTO SOBRE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - UFSA

# GOVERNO VIABILIZA VENDA DAS ACÇÕES DA ENI À EXXON MOBIL

O Conselho de Ministros aprovou esta terça-feira um decreto que viabiliza a venda de 35,7 por cento das acções da empresa Eni East África (Eni), da sua participação na Área 4 da Bacia do Rovuma, à Exxon Mobil Moçambique, Lda, um negócio confirmado em Março com o alcance do acordo.

Para o efeito, o Governo aprovou um decreto dos termos e condições do acordo complementar ao contrato de concessão para pesquisa e produção de petróleo para a Área 4 da Bacia do Rovuma e altera o acordo de operações conjuntas na mesma área.

O decreto visa permitir que a Eni delegue à Exxon Mobil poderes de operadora para execução das operações de liquefacção e outras relacionadas, incluindo o desenvolvimento de todas as infra-estruturas de liquefacção em terra e associados.

Recorde-se que a Eni anunciou em Março deste ano a assinatura de um acordo para a venda à Exxon Mobil, pelo valor de 2,8 mil milhões de dólares, de uma participação na Área 4 da Bacia do Rovuma, onde faz a exploração de gás natural.

Falando no final da 31.ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, a ministra dos Recursos Minerais e Energia, Leticia Klemens, explicou que o negócio vai trazer ganhos para o Estado moçambicano, a avaliar pelos conhecimentos e prestígio detidos pela Exxon Mobil no negócio de hidrocarbonetos.

“Temos vantagens de ter uma grande empresa, com competências técnicas, incluindo em operações de liquefacção



A Exxon Mobil já tem poderes para executar as operações de liquefacção

de gás natural e uma robustez financeira como a Exxon Mobil, que é uma das grandes empresas líderes mundiais no mercado do gás natural. A própria captação de receitas para o Estado e as mais-valias, fixadas em 354 milhões de dólares norte-americanos, constituem também vantagem”, elucidou Klemens. Ainda nesta sessão, o Governo aprovou dois decretos que criam duas entidades que garantem a melhoria da saúde, bem-estar da população, redução da insegurança alimentar e desnutrição crónica, designadamente o Instituto Nacional de Saúde (INS) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN).

De acordo com a explicação do vice-ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, Armindo Ngunga, o INS é uma entidade de gestão, regulamentação e fiscalização de actividades relacionadas

com a geração de informação técnico-científica e realização de investigação de saúde, que visa fornecer informações ao sector da Saúde com base em evidências científicas.

Sobre o CONSAN, Ngunga esclareceu que este é um órgão de consulta e coordenação em matéria de promoção e implementação de políticas, estratégias e programas referentes à segurança alimentar e nutricional.

Este Conselho foi “criado com vista a adequar a estrutura institucional de coordenação de segurança alimentar e nutricional aos crescentes desafios de redução da insegurança alimentar e crónica”, explicou.

Na sessão em alusão, o Governo aprovou a resolução sobre o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil em Moçambique no período de 2017-2022. Com este instrumento, o Governo vai

entrar com uma série de intervenções e acções visando assegurar a prevenção e eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Igualmente, o Conselho Ministros apreciou o relatório da visita presidencial à província da Zambézia, a resolução que ratifica a Convenção sobre o Trabalho Marítimo da Organização Internacional do Trabalho, a ser submetida à Assembleia da República, a informação sobre o Programa de Produção e Distribuição de Carteiras Escolares a nível nacional, que será lançado no dia oito do corrente mês, em Nampula.

O Executivo também validou o decreto que aprova o Regulamento da Lei 7/2011, de 11 de Janeiro (Lei do Voluntariado), que visa assegurar a recolha, tratamento e sistematização de informação sobre os voluntários e as suas entidades promotoras.

53.<sup>a</sup> edição da FACIM

# EXPOSITORES DEVEM MATERIALIZAR ACORDOS FIRMADOS

– recomenda o PM, Carlos Agostinho do Rosário

Fotos: Januário Magaia



O primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, reconheceu o papel dos expositores na dinamização da economia nacional

A Feira Internacional de Maputo (FACIM), exposição multisectorial organizada pela Agência de Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX), na sua 53.<sup>a</sup> edição, juntou tudo o que de bom existe e se produz em Moçambique e em todo o mundo, desde variedades agrícolas, carnes, mariscos, produtos florestais, minerais em bruto e processados, materiais de construção, maquinaria de processamento e industrial, incluindo serviços de várias ordens como restauração, turísticos e culturais, expostos

em diferentes pavilhões e de diversas formas.

A ideia da FACIM é internacionalizar a economia nacional, expor as potencialidades existentes no país, estabelecer parcerias e promover oportunidades de negócio nos diversos segmentos, além de estimular novas iniciativas de investimento público e privado, entre outras, para a geração de riqueza.

Estiveram presentes as 11 províncias do país, cada uma exibindo o melhor de si, idem para os 20 países de vários quadrantes do mundo.

Após o périplo que o Presidente da República, Filipe

Nyusi, efectuou aos 56 mil metros quadrados que perfazem a FACIM, no acto da inauguração, sábado foi a vez de o Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, visitar a exposição, interagindo com os expositores, em vênua ao seu papel na dinamização da economia e promoção do desenvolvimento nacional, incentivando-os a aprimorarem cada vez mais as suas iniciativas, rumo à almejada industrialização do país e da SADC.

Na sequência, o PM dirigiu a cerimónia de premiação dos expositores da Feira. Na categoria de Melhor País Ex-

positor ganhou a África do Sul, seguido da Alemanha e Reino Unido. Na categoria de Melhor Empresa Expositora, o vencedor foi a Kama Indústrias, enquanto para Melhor Instituição Pública o prémio coube à Agência do Vale do Zambeze, sediada na província de Tete e que lançou o seu selo "Marca colectiva Vale do Zambeze", no decurso da efeméride.

O prémio de Melhor PME em produtos manufacturados coube a Denda Sermoc, seguido da Associação Moçambicana de Promoção de Cooperativismo Moderno. A Melhor Empresa Inovadora



África do Sul foi distinguido como o Melhor País Expositor da FACIM 2017



Inhambane recebeu o prémio de Melhor Expositor

foi a Saboiera de Inhambane, e a Bielorrússia foi distinguida com o prémio de país que participa pela primeira vez. A província da Zambézia foi eleita melhor gestora do stand e Cabo Delgado a província revelação. Gaza, a sul de Moçambique, leva o rótulo de província mais informativa, enquanto Maputo foi a

que exibiu o maior número de produtos processados. Já Inhambane leva o prémio de Melhor Expositor da FACIM 2017.

Na ocasião, o director-geral da APIEX, Lourenço Sambo, anotou que a FACIM 2017 foi marcada pela participação de expositores de renome nacional e internacional,

a medir pela qualidade dos produtos apresentados e informação disseminada ao público, a afluência de homens de negócio idos de todo o globo, tendo participado em seminários que mostram as potencialidades de Moçambique tanto na produção, como no comércio no país, na região e noutros mercados

a que Moçambique tem fácil acesso.

"Aos investidores nacionais e estrangeiros, a APIEX reitera o seu compromisso de continuar a promover e facilitar iniciativas de investimento nos diversos segmentos da actividade económica em Moçambique", disse Lourenço Sambo.

## PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS E COMERCIAIS

Em obediência às medidas governativas, em Moçambique já se inova; partilham-se experiências ou técnicas produtivas e comerciais; produz-se com cada vez mais qualidade. As PME, promotoras do crescimento económico e social e iscas de novos mercados, vão dominando e disseminando as tecnologias de produção.

Aliás, a forma e o nível de organização da exposição das PME nesta edição visualiza o segmento empresarial nacional, que absorve perto da metade da mão-de-obra do mercado de trabalho.

E na tradução do PM, os expositores da FACIM souberam explorar as sinergias, com vista à transformação das potencialidades existentes no país em oportunidades de negócios, por isso "desafiamos todos os expositores a garantirem a efectiva materialização dos compromissos assumidos no decurso da 53.ª edição da FACIM", recomenda o PM, alertando que se sintam encorajados a aumentar a produção e a produtividade em todos os sectores porque, no "Doing Business",



Carlos Agostinho do Rosário quer ver materializadas as parcerias firmadas na FACIM

Moçambique subiu oito dígitos no índice de competitividade de viagens e turismo do Fórum Económico Mundial, ao sair do 130.º para 122.º lugar.

Neste contexto, é também foco do Governo continuar a promover um ambiente de negócios favorável ao investimento, consolidar a estabilidade macroeconómica, implementar medidas combinadas e equilibradas nos domínios fiscal e monetário, de modo a reduzir a inflação, que nos últimos meses apresenta uma trajetória descendente.

"Para alcançar essa meta, impõe-se que continuemos a aumentar a produção e a produtividade, particularmente a agrária e pesqueira, de modo a garantir a segurança alimentar, promover as exportações, entre outros objectivos", defendeu o PM.

Igualmente, serão tomadas medidas para consolidar as contas públicas, através do aumento da arrecadação de receitas para financiar o Orçamento do Estado e da racionalização da despesa pública.



# UE CONCEDE FACILIDADES A EXPORTAÇÕES MOÇAMBICANAS

Texto: Pilatos Pires  
Foto: Januário Magaia



Várias facilidades a Moçambique foram reafirmadas nos encontros de conectividade

A União Europeia (UE) concede benefícios fiscais bastante atraentes às exportações moçambicanas de qualquer produto, menos armas e munições, ao abrigo do Acordo de Desenvolvimento Económico assinado entre esta organização continental e os Países da África, Caribe e Pacíficos (ACP), cujo objectivo principal é incentivar transacções económicas entre os intervenientes, bem como respeitar as regras mundiais do comércio.

Falando especificamente de Moçambique, um dos signatários do Acordo, Geert Anciaert, conselheiro económico da UE no país, disse que este instrumento traz bene-

fícios aos empresários, uma vez poderem exportar produtos para Europa sem pagamento de taxas. Também há um trabalho em curso com vista a isentar de taxas de importação os empresários moçambicanos e de países signatários do acordo, prevenindo-se que sejam eliminadas gradualmente nos prazos de 5 a 10 anos, de acordo com a categoria do produto.

"Este acordo vai dar competitividade a Moçambique no mercado da EU e abre novas oportunidades de negócio devido à flexibilidade nas regras de origem, bem como o baixo preço dos produtos europeus", frisou Geert, alertando aos empresários para acederem a estas facilidades, bastando que cumpram os

requisitos da regra de origem e outros documentos.

Tal como a União Europeia, os Estados Unidos da América (EUA), através da USAID, abrem uma janela de oportunidades para os empresários moçambicanos exportarem bens com isenção de taxas, através da Lei de Crescimento e Oportunidade Africana (AGOA), que possibilita a troca comercial com isenção total de taxa de exportação aos países da África Subsaariana, incluindo Moçambique.

A AGOA existe desde 2000 e durante o ano em curso foi decidida a sua operacionalidade até 2025, o que significa que Moçambique pode colocar naquele país 4800 produtos, desde vestuário, calçado, peças de veículos, produtos

agrícolas e do mar, artesanato, entre outros bens.

Dados apresentados pela directora da USAID em Moçambique, Jennifer Adams, indicam que o país exportou em 2016 para EUA 111 milhões de dólares norte-americanos em bens, entre minerais, metais, peixes, açúcar, castanha de caju e outros. Porém, de acordo com Jennifer Adams, "do número de transacções ocorridas em 2016, apenas 19 milhões é que beneficiaram de isenção da taxa porque os restantes não aderiram às facilitações da AGOA".

Estas oportunidades foram apresentadas no decurso da 53.ª edição da FACIM, durante debates de conectividade empresarial.



## EXPOSITORES MAIS INOVADORES

Entre diversas exposições, o artesanato esteve em alta nesta edição da FACIM, com vários artefactos de produção tradicional e manual a preencherem os diversos cantos do pátio da Feira e a serem bastante solicitados pelos visitantes. Primeiro pela beleza e, segundo, o preço atractivo que era praticado.

Rodrigo Vicente, de 23 anos de idade, proveniente de Inhambane e escultor há sete anos, expôs objectos de adorno feitos com madeira, capulana, tecido e cabedal. Chamaram atenção as esculturas feitas à base de raízes da mafurreira, nomeadamente peças de ornamentação como chaveiros, pequenos barcos, batuques, cofres, entre outros, cujo preço variava de 50 a 2500 meticais.

O Governo, através dos ministérios da Indústria e Comércio (MIC) e da Saúde (MISAU), expôs a tecnologia SANKO, usada na fortificação de alimentos como óleo, farinha de milho, trigo e sal. A máquina SANKO é uma caixa fixada junto a uma moageira que permite adicionar pequenas quantidades de vitaminas e minerais a cada alimento que se pretenda fortificar, como o caso do ferro, zinco e ácido fólico. Com isso, no caso do milho, significa que ao consumir a farinha não se obtém apenas energia, mas também as vitaminas acrescentadas. O engenho foi produzido no estrangeiro e custa cerca de 60 mil meticais.

De referir que a fortificação de alimentos é obrigatória por parte das empresas moagei-

ras, e a iniciativa surge no âmbito do Programa Nacional de Fortificação de Alimentos, com o objectivo de pôr fim aos casos de desnutrição no país. Eduarda Mungoi, do MIC, apontou a inclusão das pequenas e médias empresas na fortificação e a massificação do uso do engenho para o alcance dos objectivos desejados.

A Global Alliance for Improved Nutrition é uma das empresas internacionais que apresentaram produtos nutritivos e fortificados, como manteiga de amendoim, yogurte de soja, bolos e sumos de batata-doce de polpa alaranjada, peixes e carnes enriquecidas à base de vegetais.

Segundo conta Cátia Manguene, oficial de Comunicação da GAIN, "o objectivo da GAIN na



Cátia Manguene, da GAIN

FACIM era mostrar os produtos fortificados e criar parcerias de assistência técnica e financeira com as empresas que se dedicam à produção de alimentos nutritivos".

De referir que a GAIN começou a operar em Moçambique em 2013 e até ao momento já investiu directamente 1.5 milhão de dólares e prestou assistência técnica em torno de 170 mil dólares a diversas empresas do ramo alimentar.

## BALANÇO DA FACIM REVELA EDIÇÃO QUALITATIVA

A FACIM 2017 contou com 1975 expositores, dos quais 250 estrangeiros provenientes de 20 países, com destaque para a Bielorrússia, estreante, e foi consagrada pelos organizadores como a edição mais qualitativa em termos de bens e serviços expostos.

Maior parte dos produtos expostos pelas províncias estava processada, incluindo os frescos, e até mesmo os naturais, como o "gonodzororo", estimulante natural sexual produzido na província de Sofala.

Comparativamente ao ano transacto, o número de empresas estrangeiras desceu de 30 para 20, facto que se deve, segundo o director da FACIM, José Jossias, "ao contexto económico global que não só o país enfrenta, como também os outros".

No total foram cerca de 52 mil pessoas que afluíram à Feira para participar e trocar ideias com os expositores, e calcula-se que foram concertadas mais de 500 bolsas de negócios.



# CRESCE NÚMERO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS NOS CENTROS DE ACOLHIMENTO



Os centros de acolhimento atendem cada vez mais crianças sem abrigo na cidade de Maputo

**E**m obediência às medidas governativas, em Moçambique já se inova; partilham-se experiências ou técnicas produtivas e comerciais; produz-se com cada vez mais qualidade. As PME, promotoras do crescimento económico e social e iscas de novos mercados, vão dominando e disseminando as tecnologias de produção. Aliás, a forma e o nível de organização da exposição das PME nesta edição visualiza o segmento empresarial nacional, que absorve perto da

metade da mão-de-obra do mercado de trabalho. E na tradução do PM, os expositores da FACIM souberam explorar as sinergias, com vista à transformação das potencialidades existentes no país em oportunidades de negócios, por isso "desafiamos todos os expositores a garantirem a efectiva materialização dos compromissos assumidos no decurso da 53.ª edição da FACIM", recomenda o PM, alertando que se sintam encorajados a aumentar a produção e a produtividade em todos os sectores porque, no

"Doing Business", Moçambique subiu oito dígitos no índice de competitividade de viagens e turismo do Fórum Económico Mundial, ao sair do 130.º para 122.º lugar. Neste contexto, é também foco do Governo continuar a promover um ambiente de negócios favorável ao investimento, consolidar a estabilidade macroeconómica, implementar medidas combinadas e equilibradas nos domínios fiscal e monetário, de modo a reduzir a inflação, que nos últimos meses apresenta uma trajetória descendente.

"Para alcançar essa meta, impõe-se que continuemos a aumentar a produção e a produtividade, particularmente a agrária e pesqueira, de modo a garantir a segurança alimentar, promover as exportações, entre outros objectivos", defendeu o PM. Igualmente, serão tomadas medidas para consolidar as contas públicas, através do aumento da arrecadação de receitas para financiar o Orçamento do Estado e da racionalização da despesa pública.



**PROPRIEDADE DE:  
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,  
N.º 780, 1.º andar  
email: [jornalmocambique@gmail.com](mailto:jornalmocambique@gmail.com)

## FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinque, Líria Samissone, Leonildo Balango,  
Pilatos Pires e Ananias Langa

Revisão: Mário Bento Vasco

Maquetização: Januário Magaia

## NIASSA PERSPECTIVA FOMENTAR PRODUÇÃO DE CAJU



Arlindo Chilundo, governador do Niassa, quer mais produtores de caju

DEPORTADOS GARIMPEIROS  
ESTRANGEIROS ILEGAIS

A província do Niassa procura lugar no pódio dos grandes produtores da castanha de caju do país e, para o efeito, perspectiva fomentar, na campanha 2017/18, esta cultura em seis distritos, nomeadamente Cuamba, Nipepe, Mecanhelas, Metarica, Maúia e Marrupa, na zona sul.

Segundo o director provincial da Agricultura e Segurança Slimitar do Niassa, José Varimelo, já foram entregues cerca de trezentas mil mudas de variedades diversas a jovens, associações e produtores de renome, e está na fase final a reabilitação e apetrechamento da primeira sede da delegação do Instituto Nacional de Fomento de Caju (INCAJU) nesta região, a funcionar em Cuamba.

A fonte referiu que os distritos eleitos para o fomento têm clima favorável para o rápido desenvolvimento das plantas.

O governador do Niassa, Arlindo Chilundo, que recentemente visitou o distrito de Nipepe,

exortou as pessoas, principalmente os jovens, a aderirem à produção desta cultura porque, segundo ele, tem um mercado competitivo.

Para permitir maior assistência técnica dos especialistas, de modo a conseguir bons rendimentos, Chilundo apelou ainda aos interessados e candidatos ao cultivo de caju para fazerem machambas em bloco, tendo garantido que estão criadas condições para o efeito, nomeadamente produtos químicos para combater o oídio, a principal praga do cajueiro.

"Estamos a convidar e oferecer mudas a pessoas interessadas, temos quantidade suficiente de mudas para produção de caju. Nas mesmas áreas onde estão ou se plantam cajueiros, podem-se produzir também outras culturas alimentares como milho, mandioca, pelo facto de esta se desenvolver em período de três anos", explicou o governante aos camponeses de Nipepe.

Niassa expulsou este ano do país 330 garimpeiros estrangeiros e ilegais, que desenvolviam mineração artesanal nas minas de rubi do posto administrativo de Nsawise, no distrito de Mavago.

A informação foi revelada por Arlindo Chilundo durante o encontro que manteve com a Associação dos Combatentes Mineiros de Rubi, por sinal os concessionários daquela área de conservação, no âmbito da sua visita à zona mineira.

No local, o governante interagiu com os combatentes, tendo descoberto a venda ilegal de rubi a indivíduos sem qualquer licença, num acto acompanhado de oportunismo e defraudação da moeda nacional.

Na ocasião, o dirigente destacou que a exploração e venda ilegal dos recursos naturais está a protelar o desenvolvimento da região, em particular, e do país, em geral.

"Na venda desordenada e ilegal, sem sombra de dúvida, os compradores que procuram o

rubi têm aliciado com preços que não justificam a quantidade e qualidade", disse Arlindo Chilundo, apelando aos produtores para serem vigilantes e não deixarem hipotecar o seu trabalho por dinheiro fácil.

A fonte fez saber que o país tem erguido infra-estruturas sociais em benefício da população por via do pagamento de impostos, e uma das formas de cumprir com este dever é licenciar qualquer actividade económica.

Por outro lado, o governante disse que a mineração artesanal está a prejudicar o ambiente porque, para além da abertura de grandes buracos, as águas também são poluídas, o que considera atentado à vida do Homem e dos animais.

Os associados da Combatentes Mineiros de Rubi, em Machimbo, comprometeram-se a juntar-se aos esforços do Governo para uma mineração sustentável.





# PRODUÇÃO DE COMIDA SUPERA EXPECTATIVAS EM MASSINGA



O governador de Inhambane, Daniel Chapo, também está satisfeito com nível de produção de Massinga

**M**assinga é um dos distritos de Inhambane com condições agro-ecológicas para produção agrícola diversa, desde culturas de sequeiro às hortícolas, nomeadamente milho, arroz, feijões, alface, couve, tomate, cebola, batata, banana e outros.

Depois da estiagem que assolou o país, em particular este distrito, em 2015 e 2016, este ano as autoridades locais consideram terem superado as expectativas. E foi o que o próprio governador de Inhambane, Daniel Chapo, viu aquando da sua visita àquele ponto na semana passada.

"Chegámos ao distrito e visitámos uma feira agrícola, reunimos com o Governo e os líderes locais, e constatámos que há muita comida nas casas dos agricultores, nos mercados, assim como nas machambas", disse o chefe do Executivo de Inhambane após escalar diversos campos agrícolas, onde viu "in loco" a quantidade de produtos agrícolas, entre hortícolas e cereais, na

baixa agrícola de Chilacua.

"Estamos aqui para vos encorajar a aumentar a produção e produtividade, por isso quando o Governo do distrito nos informou que vocês tinham uma baixa rica viemos aqui para testemunhar esse feito e vos dar apoio moral e material", disse Chapo, depois de entregar diversos insumos agrícolas aos camponeses da zona.

Por sua vez, os camponeses informaram ao governante sobre as maiores dificuldades que enfrentam na baixa de Chilacua, nomeadamente as inundações no período chuvoso e a falta de transporte e condições para o escoamento da produção.

Como solução, pediram ao Governo que coloque comportas nas valas de drenagem para regular a saída da água aos campos.

"Passamos mal com o ciclone Dineo, mas conseguimos recompor porque o Governo e os seus parceiros de cooperação nos apoiaram em insumos agrícolas. Mas agora temos um outro problema, que é das comportas

para regular a água que entra e sai das nossas machambas. Pedimos apoio para resolver este problema", solicitou Carlos Senda, responsável do grupo de camponeses de Chilacua.

Num outro desenvolvimento, os agricultores mostraram-se satisfeitos com a abertura de uma via de acesso até às machambas, facto que, segundo eles, irá impulsionar o escoamento da produção.

"Com a estrada até Chilacua, vamos poder vender tudo o que produzimos", agradeceu Carlos Senda.

Trabalham na baixa de Chilacua mais de 180 agricultores, numa área de 250 hectares, onde produzem culturas como batata-reno, feijões diversos, tomate, cebola, couve, alface, milho e banana. Na mesma zona, também se pratica aquacultura.

Ainda na Massinga, Daniel Chapo fez entrega simbólica de insumos agrícolas aos agricultores de Chilacua, para além de ter inaugurado a ponte sobre o rio Massambe e proceder à entrega de cinco salas de aula.

# URGE FISCALIZAR FUNDOS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



O Governo defende o fortalecimento dos mecanismos do controlo interno na administração financeira do Estado para evitar gastos desnecessários e desmandos.

Segundo defendeu o secretário permanente do Ministério da Economia e Finanças, Domingos Lambo, durante a terceira sessão do Colectivo dos Inspectores-gerais do Subsistema de Controlo Interno (CIGE), o Governo confere poderes ao Controlo Interno para gerir os processos de auditoria e fiscalização dos fundos colocados à disposição da administração pública, por isso é preciso reforçar os mecanismos de controlo interno, conferindo maior poder de intervenção e eficácia na gestão dos recursos públicos.

"A actividade de auditoria interna deve, efectivamente, contribuir para a boa gestão, alertando sobre os riscos e

desvios da execução orçamental do Estado e permitir a tomada de medidas correctivas oportunas e adequadas", vinçou Lambo.

Por seu turno, a inspectora-geral de Finanças, Carolina Pessane, disse que o desenvolvimento da actividade passa pelo exercício de uma boa programação e execução, visando ao alcance dos objectivos almejados.

"Com vista a elevar a eficiência e eficácia do Subsistema do Controlo Interno, a Inspeção-geral de Finanças, na qualidade de órgão de coordenação e de supervisão deste subsistema, e em parceria com o CED-SIF, está empenhada no desenvolvimento de funcionalidades para a Gestão da Programação do Controlo Interno, Gestão de Relatórios da Execução das Auditorias, Gestão das Recomendações de Auditorias, Gestão dos Vistos e Relatórios Operacionais", frisou a inspectora.



Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane

Carolina Pessane disse ainda que, com a operacionalização das funcionalidades do Subsistema de Controlo Interno, ora em desenvolvimento, esperam-se benefícios, sendo de destacar a redução do tempo de execução dos processos de auditoria e, conseqüentemente, a redução dos respectivos custos operacionais.

"Um dos objectivos deste fórum é partilhar conhecimentos em torno dos processos de auditoria. Estamos convictos de que das matérias arroladas para esta sessão advirão calorosos debates e importantes contribuições para o fortalecimento do Subsistema do Controlo Interno", sublinhou a inspectora-geral de Finanças.



## MELHORAR FONTES DE RECEITAS SEM AGRAVAR IMPOSTOS

O ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, defende a necessidade da melhoria das fontes de arrecadação de receitas, sem que isso implique o aumento dos impostos no país. Para tal, refere que o Governo deve esforçar-se para o equilíbrio fiscal, através do alargamento da base tributária e estímulo da economia para o aumento da produção e produtividade interna.

Outra medida para a consolidação fiscal deverá estar centrada na reforma do sector empresarial do Estado, com vista ao aumento da sua contribuição nas receitas do Estado.

"Estas medidas devem contribuir para reduzir o défice orçamental antes dos donativos", explicou Maleiane, acrescentando que "temos de apostar na agricultura, energia, infra-estruturas, turismo e desenvolvimento humano, que trazem competitividade, emprego e produtividade". Mas, para isso, a paz efectiva e boa governação são essenciais.

Maleiane avançou que o Governo está a analisar a criação de um fundo de desenvolvimento, que poderá ser alimentado pelas mais-valias.

"Este fundo poderá servir de reserva para financiar projec-

tos de desenvolvimento, e os bancos comerciais terão um papel de complementaridade nesta cadeia", elucidou o dirigente.

Numa primeira fase, explicou que este fundo pode ser financiado pelas mais-valias de cerca de 350 milhões de dólares do negócio da ENI com a petrolífera norte-americana ExxonMobile, na bacia do Rovuma.

Em relação ao futuro da economia, Maleiane projecta para 2019 o início da consolidação da retoma do crescimento da economia nacional, que terá, na próxima década, a sua melhor fase da história, a qual será di-

namizada pelas receitas do gás natural da bacia do Rovuma e por outras fontes de receitas internas.

O governante falava há dias, em Maputo, durante uma palestra sobre a consolidação da política fiscal com base nas políticas actualmente implementadas pelo Governo, promovida pelo Banco Comercial e de Investimentos (BCI), onde chamou a atenção para a necessidade de o país investir em políticas de crescimento e sustentabilidade, mesmo estando a viver momentos de austeridade.

## FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CERTIFICADOS EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS

**S**essenta e três funcionários e agentes do Estado foram certificados há dias em engenharia de requisitos, ou simplesmente de negócios, uma técnica que visa melhorar a capacidade dos técnicos profissionais na definição dos requisitos de negócio, garantia da fiabilidade e ajudar na obtenção de indicadores claros e consistentes para projectos.

Os certificados foram atribuídos pela companhia Matrix Group, em parceria com formadores provenientes do Brasil, após formação de cerca de um mês, e correspondem à certificação internacional, sendo reconhecidos pela Autoridade Internacional de Certificação de Profissionais na área de Engenharia de Requisitos.

Falando no acto da atribuição dos certificados, o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, referiu que a formação dos técnicos do Estado deve conferir mais eficiência e consolidação das práticas concernentes à engenharia de requisitos, eficácia na elaboração dos modelos de negócios dos módulos do Siste-



Conferida mais eficiência e consolidação de práticas de engenharia de requisitos

ma de Administração Financeira do Estado (SISTAFE).

Cada graduado terá o seu perfil em função daquilo que estiver a fazer na área, podendo ajudar a sugerir a melhor forma para que o negócio de gestão de orçamento melhore no país.

Essas certificações vão ajudar a funcionar como pontos focais em cada instituição na melhoria do controlo interno, contabilidade pública, planificação e orçamento do tesouro público e na administração do

património, que são algumas das maiores fragilidades do Estado.

"No fim, pretende-se ter uma conta geral do Estado cada vez menos qualificada para o Tribunal Administrativo, e só quando tivermos a inspecção nos ministérios, os seus inspectores sectoriais enquadrados no controlo interno é que se pode avançar", explicou.

O curso teve a classificação mínima de 50 por cento e máxima de 89, tendo alcançado a certificação internacional 45

técnicos dos 63 participantes. Com esta capacitação, o Estado vai reduzir os custos de contratação de consultores externos para este sector.

José Niquisse, um dos graduados, disse na ocasião que o curso vai contribuir na melhoria dos métodos de trabalho e criar maior dinâmica nas actividades desenvolvidas, sobretudo na melhoria do E-SISTAFE, e rigor nos processos de contratação e gestão do património do Estado.

# CRIADAS CINCO UNIVERSIDADES COM REESTRUTURAÇÃO DA UP E FUSÃO DO ISRI E ISAP

Texto: Ivan Uamusse



Sessão extraordinária do Conselho Nacional do Ensino Superior, que debateu a reestruturação da UP e não só



Jorge Nhambiu, ministro da Ciência e Tecnologia

O processo de reestruturação da Universidade Pedagógica (UP) e a fusão dos institutos superiores de Relações Internacionais (ISRI) e de Administração Pública (ISAP) poderão gerar

cinco novas universidades no país, segundo uma proposta analisada esta segunda-feira na primeira sessão extraordinária do Conselho Nacional do Ensino Superior. "Uma das grandes vantagens dessa fusão é a questão da gestão. Nós estamos a

descentralizar a gestão. Neste momento, qualquer actividade que se faça numa província relacionada à UP deve ser decidida em Maputo, inclusive os departamentos pedagógicos estão situados em Maputo, os documentos básicos são emitidos também na capital", disse o ministro da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, Jorge Nhambiu, durante a abertura do evento. O governante salientou que a criação de novas universidades a partir da UP se insere, pois, na descentralização e melhoria da instituição, bem como na melhoria da qualidade do ensino superior no país. Nesse encontro foram discutidas propostas de estatutos da criação da UP-Sede, UP-Sul, UP-Centro e UP-Norte, bem como a fusão

do ISRI e o ISAP.

Após análise positiva sobre a missão, visão e estatutos de cada universidade, "iremos submeter a proposta ao Conselho de Ministros, onde, através de decreto, deverão ser extintos a UP, o ISRI e o ISAP, para posterior criação das cinco novas instituições", revelou o ministro.

No que toca à introdução do curso de Medicina na UP, "nós deixamos para a nova instituição a ser criada a partir da UP de Gaza e UP Inhambane. Não iremos entrar a fundo nesta questão, visto que é prematuro, e achamos melhor definir a missão da universidade e, por último, vamos aos problemas particulares de cada uma das instituições a serem criadas", esclareceu Nhambiu.



# NHAMBIU DEFENDE MASSIFICAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE



Parte dos participantes do terceiro Conselho Coordenador do MCTESTP

**P**romover uma intensa massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sociedade moçambicana é o desafio que o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional (MCTESTP) se coloca para os próximos anos, segundo defendeu o respectivo titular, Jorge Nhambiu.

A fonte, que falava há dias durante o 3.º Conselho Coordenador do pelouro, defende também a pertinência da divulgação da importância das TIC e seu impacto na melhoria da qualidade de vida das populações, através da prestação de serviços pela Administração Pública, sector privado e outros actores.

"As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), pela sua natureza transversal e facilitadora de processos e procedimentos, possuem um enorme potencial de consolidar o Estado de Direito, a boa governação e a descentralização, através da melhoria da prestação de serviços públicos e reforço da integridade da Administração Pública", disse, elencando algumas acções realizadas no meio-termo do mandato nesta componente da Ciência e Tecnologia, nomeadamente a expansão da rede electrónica do Governo para 22 distritos, estabelecimento de cinco novos centros multimédia, totalizando 59 em todo o país, disponibilização da plataforma electrónica e-BAU.

Igualmente foram ligadas, através de

MoreNet, 78 instituições de ensino superior e técnico-profissionais, para além da capacitação de 44 751 funcionários públicos e cidadãos na utilização de ferramentas electrónicas.

Sobre o balanço intermédio da implementação do Plano Quinquenal do Governo (PQG) neste sector, o governante indicou que na área da Ciência foram financiados 99 projectos de investigação, inovação e transferência de tecnologias, treinamento em tecnologias de produção e manejo das culturas de milho, arroz, e trigo, beneficiando mais de 15 mil camponeses dos distritos de Mandlaka-zi, Caia, Manica, Bárue, Angónia e Angoche, para além da divulgação de 556 trabalhos científicos.

Na componente de ensino superior, destaque vai para expansão do acesso com a abertura de mais três estabelecimentos, passando dos anteriores 49 para 52, bem como a formação psicopedagógica de 197 docentes e concessão de cerca de 2400 bolsas de estudo para os níveis de licenciatura e pós-graduação. Também foram financiados 94 projectos de apetrechamento de laboratórios em diversas instituições públicas e privadas.

Em relação ao ensino técnico-profissional, realce vai para o aumento da rede escolar, que passou de 144 em 2015 para 170 institutos públicos e privados, o que permitiu maior acesso, e reabilitadas e apetrechadas 14 instituições, beneficiando 9425 formandos. No mesmo

período, Nhambiu revelou terem sido estabelecidos 21 laboratórios das áreas de mecânica geral e auto, electricidade, soldadura, construção civil, análises de solos e outros, para além da capacitação de 659 formadores.

Num outro desenvolvimento, a fonte garantiu que o pelouro que dirige vai cumprir na íntegra as recomendações do Presidente da República, Filipe Nyusi, deixadas aquando da visita àquele pelouro, segundo as quais se deve otimizar a estrutura funcional do sector, maximizar a acção dos recursos humanos e transformar todos os centros de custos em centros de produção de resultados, isto é, em fontes de mais-valia para o sistema e para a sociedade.

Entretanto, o governante defende que os desafios do sector ainda são enormes em todos os domínios, com destaque para a atenção na qualidade de formação do capital humano nacional, pois é a força motriz para o crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país.

Também defendeu a necessidade de se olhar para a equidade de género e equilíbrio no acesso ao ensino superior, atribuição de bolsas de estudo, para além de se investir mais na formação do capital humano em áreas estratégicas definidas pelo Governo.

"Exortamos todos a envidarem esforços para o cumprimento integral dos nossos compromissos como pelouro governamental", disse, vincando que para este desiderato deve haver maior qualidade na articulação entre estruturas locais e centrais.

O Conselho Consultivo do MCTESTP realizou-se no distrito da Manhica, província de Maputo, e tinha como objectivos fazer o balanço intermédio da implementação do PQG do sector, do Plano Económico e Social referente ao primeiro semestre do presente ano, analisar a proposta do PES para 2018 e os desafios e perspectivas neste sector. Sob o lema "Fazer da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional força motriz para o aumento da produção, produtividade e promoção do crescimento económico", o encontro reuniu directores nacionais, provinciais, dirigentes de instituições tuteladas e subordinadas e outros quadros.



## COMUNICADO DE IMPRENSA

Assunto: Divulgação dos Resultados do Concurso de Alocação de Rotas.

No âmbito da implementação das reformas do sector da aviação civil aprovadas pelo Governo da República de Moçambique, em Dezembro de 2007, com vista a desenvolver mecanismos de competição sã entre os operadores de modo a criar e manter um nível adequado dos serviços, o IACM lançou um concurso público para alocação de rotas Regionais e Internacionais, e um convite para a exploração das rotas Domésticas publicado pelo IACM no Jornal Notícias dos dias 26 e 27 de Abril, do corrente ano, no qual participaram um total de sete (7) companhias, das quais (5) nacionais e (2) estrangeiras.

Para as **rotas internacionais**, concorreram cinco (5) operadoras, nomeadamente: CFM – Transportes e Trabalhos Aéreos SA; Linhas Aéreas de Moçambique – LAM SA; Malawi Airlines; Moçambique Expresso – MEX SARL; e Transportes e Trabalhos Aéreos – TTA.

Destas cinco (5) companhias, foram apuradas quatro (4), a saber: CFM – Transportes e Trabalhos Aéreos SA; Linhas Aéreas de Moçambique – LAM SA; Moçambique Expresso – MEX SARL; e Transportes e Trabalhos Aéreos – TTA.

Estas quatro (4) companhias apuradas têm um espaço temporal de 180 dias, contados a partir da data da publicação dos resultados, para operacionalizar as rotas. O não cumprimento deste prazo implica a substituição pelas empresas suplentes.

Para as **rotas domésticas**, participaram sete companhias, nomeadamente: CFM – Transportes e Trabalhos Aéreos SA; Ethiopian Airlines; Linhas Aéreas de Moçambique – LAM SA; Malawi Airlines; Moçambique Expresso – MEX SARL; Transportes e Trabalhos Aéreos – TTA; e Solenta Aviation Mozambique SA, tendo sido todas apuradas.

De referir que as empresas LAM, MEX e a Ethiopian Airlines manifestaram interesse em explorar todas rotas domésticas indicadas no concurso, tendo sido alocadas em conformidade com o seu pedido. Enquanto isso, os CFM, a Malawi Airlines, a TTA e Solenta solicitaram rotas selectivas.

As empresas Ethiopian Airlines e Malawi Airlines devem efectuar o registo como empresas nacionais e licenciaram-se como operadoras aéreas nacionais de acordo com o preceituado no Decreto nº 39/2011, de 2 de Setembro. Por outro lado, **as empresas CFM e TTA deverão regularizar o seu licenciamento em conformidade com o Decreto supracitado.**

O IACM aproveita o momento para informar que irá lançar um novo concurso público para as rotas regionais e intercontinentais dentro de sessenta (60) dias onde irá introduzir, por exemplo, as rotas de Joanesburgo e Harare, onde já estarão incorporados os novos mecanismos nos Memorandos de Entendimento, uma vez que os dois acordos estão a ser revistos com as respectivas contrapartes. Aproveita também o momento para reiterar o convite para os operadores aéreos nacionais explorarem as rotas nacionais, com enfoque para a aviação regional doméstica que incide nos distritos.

Maputo, 05 de Setembro de 2017



# Moçambique

6 de Setembro de 2017

UFSA

SUPLEMENTO

## SUPLEMENTO SOBRE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Suplemento do Jornal Moçambique de 6 de Setembro de 2017 – N.º 207  
PARCERIA GABINETE DE INFORMAÇÃO – UNIDADE FUNCIONAL DE SUPERVISÃO  
DAS AQUISIÇÕES

### Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições

Lista de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços Inscritos no Cadastro Único, ao abrigo do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5/2016, de 8 de Março  
Março de 2017

#### Artigo 174

##### (Actuação da Fiscalização)

1. Todos os actos da Fiscalização devem ser reduzidos a escrito.
2. No exercício das suas funções, a Fiscalização pratica os seus actos através de ordens, avisos, notificações e comunicações à Contratada e através de informações e recomendações à Entidade Contratante, executando e/ou verificando todas as medições, testes e ensaios que forem necessários.
3. Na sua actuação, a Fiscalização deve agir de boa-fé, com proactividade, zelando sempre pela economicidade da obra.

#### Artigo 175

##### (Reclamação contra a Actuação da Fiscalização)

1. A reclamação da Contratada contra qualquer ordem ou comunicação da Fiscalização é feita por escrito, em duplicado e entregue à Fiscalização mediante recibo, no prazo de cinco (5) dias, contado da data da recepção da ordem ou comunicação

reclamada.

2. A Fiscalização notifica a Contratada da decisão sobre a sua reclamação no prazo de dez (10) dias, se a decisão reclamada for da sua autoria e no prazo de quinze (15) dias, se a decisão reclamada for de autoria da Entidade Contratante ou de outras entidades do Estado com poderes de supervisão.
3. Havendo necessidade de proceder a testes ou ensaios laboratoriais, a Fiscalização informa a Contratada do prazo necessário para se decidir a reclamação, justificando a prorrogação do prazo referido no número anterior.
4. A reclamação é considerada procedente se não for decidida no prazo estabelecido.
5. Em caso de emergência ou de urgência, a Fiscalização pode determinar o cumprimento obrigatório da ordem ou da comunicação, independentemente da resposta à sua reclamação.
6. Em caso do cumprimento obrigatório da ordem ou da comunicação reclamada, nos termos do número anterior, a Contratada é indemnizada de prejuízos e encargos

adicionais, se houver uma decisão favorável sobre a sua reclamação.

7. Das decisões da Fiscalização proferidas sobre reclamações da Contratada cabe sempre recurso para a Entidade Contratante.

8. A Contratada é indemnizada de prejuízos e encargos adicionais, se houver uma decisão favorável sobre o seu recurso.

#### **Artigo 176**

##### **(Incumprimento das Decisões e Ordens da Fiscalização)**

1. Salvo caso de força maior, previsto no Contrato, a Contratada é responsável pelos danos emergentes e prejuízos causados pelo não cumprimento das ordens e decisões dadas pela Fiscalização.

2. A Entidade Contratante pode, em caso de incumprimento nos termos do presente Regulamento, rescindir o Contrato.

### **SECÇÃO VI**

#### **Consignação da Obra**

##### **Artigo 177**

##### **(Consignação da Obra)**

1. O prazo da consignação da obra deve, constar do Contrato e fica limitado a noventa (90) dias, contado da data da sua assinatura.

2. A Entidade Contratante deve, por carta protocolada, convocar a Contratada para o acto de consignação da obra, a ter lugar no local da obra, indicando a data e hora do mesmo.

3. Se, sem justificação aceitável, a Contratada faltar à primeira convocatória, será novamente convocada para comparecer num prazo não superior a quinze (15) dias, contado da data da recepção da segunda convocatória.

4. Se a Contratada não comparecer à segunda convocatória, o Contrato caduca, com perda da garantia definitiva a favor da Entidade Contratante e recaindo

sobre aquela a obrigação de indemnizar esta, em importância correspondente à diferença para mais, caso exista, entre o preço do Contrato e o preço que a Entidade Contratante, novamente, vier a contratar a mesma obra.

#### **Artigo 178**

##### **(Consignações Parciais)**

No caso de obra complexa ou de obra cuja operação de consignação seja demorada, a sua consignação pode ser feita por partes, desde que se assegure que a obra inicie na primeira consignação.

#### **Artigo 179**

##### **(Atraso da Consignação)**

1. Se a obra não for consignada ao fim de cento e oitenta (180) dias ou se as consignações parciais acarretarem interrupção dos trabalhos por mais de cento e oitenta (180) dias, seguidos ou interpolados, a Contratada pode rescindir o Contrato, nos termos do presente Regulamento.

2. A Contratada deve ser indemnizada pelo atraso da consignação da obra, desde que seja imputável à Entidade Contratante, e desde que impeça o seu início, caso a sua interrupção afecte o seu desenvolvimento normal.

3. Se o atraso da consignação for devido a motivos de força maior, a Contratada apenas é indemnizada pelos danos emergentes.

4. Se à Contratada for recusado o direito de rescisão do Contrato referido no n.º 1 e mais tarde, se comprovar que tal recusa era ilegítima, a Entidade Contratante deve indemnizar a Contratada pelos danos sofridos.

#### **Artigo 180**

##### **(Auto da Consignação)**

1. Da consignação é elaborado um auto do qual consta:

a) A identificação do Contrato;





- b) A descrição sumária da obra;
  - c) A indicação dos marcos topográficos ou geodésicos de apoio;
  - d) A descrição das alterações e modificações do projecto que forem impostas por condições diferentes verificadas no acto da consignação e que possam alterar ou não o custo da obra;
  - e) Os esclarecimentos prestados na consignação;
  - f) Os terrenos e infra-estruturas consignados à Contratada; e
  - g) As reclamações ou reservas apresentadas pela Contratada.
2. O auto da consignação é elaborado pela Fiscalização e assinado em dois (2) exemplares pelos representantes das partes contratuais, ficando cada um deles com um exemplar.
3. Por cada consignação parcial, é elaborado um auto nos termos dos números anteriores.

### Artigo 181

#### (Suspensão da Consignação)

1. Quando as condições locais ou as alterações e modificações decididas na consignação da obra exigirem a alteração do projecto, a consignação será suspensa, excepto se houver lugar a consignações parciais.
2. A consignação da obra suspensa nos termos do número anterior só pode ser retomada, concluído e lavrado o auto definitivo depois de a Contratada ter sido notificada das alterações introduzidas no projecto.

### Artigo 182

#### (Reclamações da Contratada)

1. A Contratada pode apresentar as suas reclamações no auto da consignação ou expressar a sua intenção de reclamar, indicando o seu objecto.
2. A intenção de reclamar referida no número anterior deve ser materializada por escrito, no prazo estabelecido no Contrato.
3. Se a Contratada não expressar qualquer reclamação nos termos dos números anteriores, o auto de consignação fica aceite.
4. A reclamação da Contratada deve ser decidida pela Entidade Contratante no prazo estabelecido no Contrato.
5. A Contratada deve proceder de acordo com a decisão da Entidade Contratante, sem prejuízo do direito a recurso.
6. Aceite a reclamação da Contratada, a consignação da parte da obra visada é considerada suspensa a partir da data da consignação.

### Artigo 183

#### (Comunicação ao Poder Local)

- Dependendo da localização da obra, a Entidade Contratante comunica à autoridade municipal ou Governo Local trinta (30) dias antes do início da empreitada:
- a) A localização da obra;
  - b) A natureza dos trabalhos da obra; e
  - c) A identificação do empreiteiro. SECCÃO VII Plano de Trabalhos.

Para mais informação consulte:

[www.ufsa.gov.mz](http://www.ufsa.gov.mz)

**UFSA**

Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições

“Por uma Contratação pública Transparente”

Rua da Imprensa – Prédio 33 Andares, 7º Andar, nº 701, 702 e 704

Maputo - Moçambique



**República de Moçambique**

**Ministério da Economia e Finanças**

**Direcção Nacional do Património do Estado**

**Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições**

**Lista de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços Inscritos no Cadastro Único, ao abrigo do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5/2016, de 8 de Março**

**Março de 2017**

3094/PE/EOP	RM Construções	Av. 1 de Junho, Chuabo Dembe, Quelimane	30/3/2017
3112/PE/EOP	Rodarchel e CFE, Lda	Cidade de Chimoio, , Chimoio	28/3/2017
3111/PE/EOP	Rodarchel Engenharia, Lda	Cidade de Chimoio, , Chimoio	28/3/2017
2755/GE/PS	Royal Haskoningdhv, Lda	Rua de Kassuende, nº 118, 8º andar, Maputo	03-10-2017
3200/PE/EOP	Rubissa Construções, Lda	Rua da Estrada Nacional nº 283, Distrito de Caia, Sofala	28/3/2017
2934/PE/EOP	S. Colaço - Construções Serviços - SU, Lda	Rua Mouzinho de Albuquerque nº 1954, Beira	14/3/2017
2766/PE/EOP	S.G.C, Construções	Mercado Feira, Chimoio	03-06-2017
2634/PE/PS	Sabe - Bate Chapa	Av. 25 de Setembro nº 2780, Maputo	03-02-2017
2886/ME/FB	Sacol - Sociedade Abastecedora de Combustível, Lda	Av. Eduardo Mondlane, Tete	14/3/2017
3068/PE/EOP	Sacri construções, Lda	Av. Salvador Allende, nº 1155 R/C, Bairro da Sommershield, Maputo	28/3/2017
2737/MIC/FB	Safety Line Mz, Lda	Av. 24 de Julho, nº 979, 1º andar, Flat 3	03-06-2017
3080/GE/EOP	Samissone Construções	Maravia Sede, Tel: 848729307, Tete	30/3/2017
2717/PE/EOP	Sandngaru Engenharia Construção e Serviços, Lda	Bairro Patrice Lumumba, Rua A, Talhão C-11, Matola	03-06-2017
3175/PE/FB/PS/EOP	Sapobo Grupo, Lda	Rua da Mozal Djuba, Q. 2, Célula D, nº 49, Maputo	28/3/2017
2820/PE/FBPS	Sayf Serviços - Sociedade Unipessoal, Lda	Bairro Maiaia, Nacala Porto, Nampula	20/3/2017
3095/PE/EOP	SCR Construções, EI	Rua Artur Canto de Resende, nº 220, 4º Bairro, , Xai-xai	30/3/2017



**República de Moçambique**

**Ministério da Economia e Finanças**

**Direcção Nacional do Património do Estado**

**Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições**

**Lista de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços Inscritos no Cadastro Único, ao abrigo do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5/2016, de 8 de Março**

**Março de 2017**

3222/PE/FB	Refeições Aima	Av. Samora Machel, Nampula	30/3/2017
2741/GE/FB	Reis Comercial	Av. Da Liberdade, nº 225, Bairro Sinacura, Quelimane	03-06-2017
2655/GE/EOP	Reis Construções, Lda	Av. Da Liberdade, nº 225, Bairro Sinacura, Quelimane	03-06-2017
2742/GE/PS	Reis Transporte	Av. Da Liberdade, nº 225, Bairro Sinacura, Quelimane	03-06-2017
2952/PE/PS	Reparações Afritool Moçambique, Lda	Av. 25 de Setembro, nº 2009, R/C, Bairro Central, Maputo	14/3/2017
3174/PE/PS	Reparações Auto Cafum, E.I	Bairro 25 de Junho, Chibuto, Gaza	28/3/2017
2749/PE/PS	Reparações Gerais de Automóveis	Av. Josina Machel, nº 870, R/C, Maputo	03-06-2017
2731/PE/FB	Resumo Service, EI	Rua Major Domingos Fondo, nº 2, Maputo	03-06-2017
2754/PE/PS	Revita - Projectos & Consultoria, Lda	Av. Karl Marx, nº 713, Flat 7, 2º andar, Maputo	03-10-2017
2414/PE/FBPS	Barsildouro Móveis, Lda	Rua Pereira do Lago, nº 125, R/C, Maputo	03-10-2017
2756/ME/PS	SK Serviços, EI	Av. Ahmed Sekou-Touré, nº 1919, 4º andar, Maputo	10/3/2017
2634/PE/FB	Ribex Serviços, E.I	Av. Samora Machel, Maquinino, Beira	03-02-2017
2705/PE/EOP	Rijal Construções	Av. Almeida Penicela, Rua de Chicuque, Maxixe	20/3/2017
2688/PE/EOP	Ring Construções	Rua do Mercado Central, Lichinga	14/3/2017
2688/PE/EOP	Ring Construções	Rua do Mercado Central, Lichinga	20/3/2017
3226/PE/FB	RJM Holdings, Lda	Rua do Quionga nº 41 R/C, Maputo	30/3/2017
3221/PE/PS	RLB Systems Mozambique, Lda	Rua da Frente de Libertação de Moçambique nº 256, Maputo	30/3/2017



## República de Moçambique

## Ministério da Economia e Finanças

## Direcção Nacional do Património do Estado

## Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições

**Lista de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços Inscritos no Cadastro Único, ao abrigo do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5/2016, de 8 de Março**

**Março de 2017**

3045/PE/PS	Poelela Fisheries, Lda	Bairro Nhautse na Lagoa Poelela, Localidade de Sihane, Inharrime	20/3/2017
2978/PE/EOP	Polana Construções	Av. Samora Machel nº 397, Maputo	17/3/2017
2603/ME/EOP	Policonstruções, Lda	Av. Josina Machel nº 1039, Maputo	03-01-2017
2955/MIE/PS	Posto de Abastecimento de Co combustível de Panda	Vila Sede de Panda, Inhambane	17/3/2017
2935/MIE/FB	Posto de Abastecimento de Luciano & Filhos, Lda	Estrada Nacional nº 1, Bairro de Matucudur Distrito de Gorongosa	14/3/2017
3030/PE/PS	Premium Gráfica, Lda	Av. Lucas Luali, nº 483, R/C, Maputo	20/3/2017
2601/ME/PSC	Primavera - Business Software Solutions, Lda	Av. Vlademir Lenine nº 174, 8º Andar Esquerdo, Maputo	03-01-2017
2844/PE/PS	Printec, Lda	Rua Correia de Brito 1614, Beira	14/3/2017
2413/PE/FB	Prochem, Lda	Rua Alves da Costa, Talhão nº 1467, Parcela 803, Casa nº 58, Maputo	20/3/2017
3152/PE/PS	Produções Dunuka de Paulo Daniel Nhantumbo	Bairro Balane 3, Inhambane	30/3/2017
2175/MIE/FBPS	Proxen, Lda	Rua Luís Inácio nº 177, 1º Andar, Chaimite, Beira	03-01-2017
2649/PE/PS	Publifix - Publicidade e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	Av. Lucas Luali nº 743, R/C, Bairro Alto Maé, Maputo	03-02-2017
2854/PE/PSC	Rafael Nema Uaiene, Lda	Rua de Aviação, nº 736, Bairro do Fomento, Matola	20/3/2017
3142/PE/FB	Ramburg Beef Mozambique, Lda	Av. Da Namaacha, Parcela 87, Matola	28/3/2017
2676/PE/PS	Real Transmission Solution - Sociedade Unipessoal, Limitada	Bairro Belo Horizonte, Rua das Acácias nº 138, Matola	20/3/2017
2977/PE/PS	Rebelo Consultores, Lda	Av. Emilia Dáusse, Maputo	17/3/2017